

## A IDEOLOGIA/MÍTICA DO NORDESTE E A IMPRENSA

*Adísia Sá*

Professor-Adjunto do Curso de Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia. Professor-Adjunto da Universidade Estadual do Ceará. Do Instituto Brasileiro de Filosofia (secção do Ceará)

### 1 — NORDESTE: REGIÃO MÍTICA

Se era mítica a visão do homem primitivo, não pode ser a visão mítica a mesma do homem contemporâneo. O cosmos como dado imediato da consciência, consumado e definitivo, pronto a ser captado e repetido — eis o traço fundamental da consciência mítica. E ver o dado imediato da consciência como consumado e definitivo significa dizer que o que “aí está”, pronto, é verdadeiro. E o “aí está”, pronto, não é verdadeiro, mas aparência, pois o que aí está é objeto de realização, de trabalho, de transformação, de ação pelo/para o homem.

O problema do conhecimento se insere no cerne da consciência e é impossível o entendimento (compreensão) do tempo e do mundo (realidade) sem uma análise das diversas formas de conhecimento, de consciência. Isto é, é impossível compreender e entender a existência do homem sem uma análise do processo do conhecimento e da consciência. No nosso caso, é impossível entender e compreender a existência do

nordestino sem uma análise do conhecimento e da consciência nordestinos.

Se o mito foi a resposta que satisfaz ao primitivo, ao arcaico, não o é mais para o homem dos nossos dias. Assim não pensam, entretanto, os interessados em manter o *status quo*. Alguns segmentos da sociedade nordestina demonstram interesse na manutenção do mito e tudo fazem para a sua não extinção, vez que o mito alimenta e mantém vivas as suas regalias, sustenta e justifica a sua ideologia, imposta à sociedade.

A visão crítica do mundo (que é a sucessora imediata da visão mítica ou passivista) não interessa aos mantenedores do mito. A discussão, o debate, a análise, nada disto interessa aos que têm no mito o sustentáculo de sua força e de seu poder, muito menos importam o equacionamento, as proposições e as iniciativas, os projetos e as soluções aos problemas do meio. No nosso caso, bem diz o prof. Nilson Holanda: "O subdesenvolvimento regional é, por sua própria natureza, um problema extremamente complexo e de difícil diagnose e terapêutica, não apenas em sua dimensão econômica, como também em suas implicações políticas e sociais. Por isso, não é de estranhar que a discussão do problema nordestino seja frequentemente perturbado por interpretações distorcidas, juízos apressados e avaliações preconceituosas."(1)

Mas, se segmentos da sociedade (de caráter econômico e, por extensão, de caráter político e social) não permitem que o mito morra, indaga-se se a Imprensa não tem servido, também, para alimentar o mito.

O que este trabalho se propõe é desnudar o mito do subdesenvolvimento nordestino, mantido pelas classes dominantes nordestinas e transmitido pela Imprensa.

Tentaremos demonstrar que os tipos de conhecimento:

- 1 — empírico (cósmico, antropomórfico ou seja, o objeto atua sobre o sujeito — que é passivo, contemplativo

---

1 — Holanda, Nilson — *O desenvolvimento do Nordeste, Mito e Realidade*, p. 3.



e receptivo. A resposta do sujeito é reflexo do objeto, o que vale dizer que a predominância na relação sujeito/objeto é do objeto.)

2 — Racional, ou seja, o objeto atua sobre o sujeito e a predominância na relação sujeito/objeto é do sujeito que conhece o objeto como produto seu.

3 — Referencial (construtivo, ativo pelo trabalho e ou pela ação) ou seja, não há predominância de um (sujeito e ou objeto) sobre o outro: há uma interação, ou seja, a "interação produz-se no enquadramento da prática social do sujeito que apreende o objeto na e pela sua atividade".(2)

não se desenvolveram no Nordeste segundo as etapas históricas convencionais e que é chegado o momento da "ação", do "fazer" e do "pensar", ou seja, o conhecimento referencial ou de consciência existencial. O conhecimento nordestino não ultrapassou as etapas, pelo contrário, suas pegadas foram desviadas aqui e ali, respondendo, para isto, a Imprensa e demais segmentos da inteligência nordestina. Tentaremos demonstrar ou mostrar que a consciência ingênua (correspondente ao conhecimento empírico) é caracterizada pela visão mítica do mundo e que, ao contrário do desejável, o nordestino nela vive, não atingindo, assim, na sua totalidade ou mesmo em sua média ponderável (a inteligência nordestina) as duas etapas posteriores àquela:

consciência reflexiva e

consciência existencial (atuante ou histórica/política) entrelaçada que esteve e está, ainda, pela transposição do mito através do tempo.

Na consciência ingênua ou mítica o homem vive sob o domínio de forças da natureza (o homem está imerso no mundo), ou seja, o homem como parte da natureza está submetido às suas leis.

"O homem subjugado, o cosmos subjugante ou deus ou herói dominador."(3)

2 — Shaff, Adam — *História e Verdade*, p. 75.

3 — Cunha, Rogério de Almeida — *Consciência Crítica*, p.

Noutras palavras: o nordestino (homem subjugado) pela terra seca (cosmos subjugante) sob a pressão de “deus” ou do herói dominador (senhor = proprietário, coronel, padre, beato, cangaceiro, delegado. . .) O nordestino, então, é presa da natureza inclemente (determinada assim por Deus) e do senhor, que controla tudo. A ideologia do subdesenvolvimento assenta-se, então, nesta visão mítica, permanente, estável, inquestionável: vontade de Deus e poder do senhor.

“O problema da seca que flagela periodicamente o sertão, o que constitui preocupação do sertanejo, ‘o leva a ter os olhos no cosmos e, mais do que isto, sempre às voltas com “experiências” e prognósticos sobre as possibilidades de chuvas nos anos que virão”.(4)

E essas experiências são estimuladas à credence. Credence que corresponde a um conjunto de gestos e atos repetidos ao longo do tempo, quando as necessidades e os problemas surgem e são empregados com êxito e resultado satisfatório, à falta, naturalmente, de soluções positivas e objetivas. A experiência popular, a usança, são, sem dúvida, a forma prática e tradicional, sábia e sagrada de substituir a ciência.

Poucos, entretanto, se preocupam em analisar o esgotamento do solo por sua utilização predatória de uma agricultura e de uma pecuária extensiva sem preocupação conservacionista; poucos se preocupam em analisar a destruição da floresta por queimadas. Queimadas que eram e ainda são, em grande parte do Nordeste, a técnica dominante e satisfatória, transmitida ao longo de gerações, sem que outra a substitua junto aos agricultores.

O problema da pobreza é sempre justificado jogando-se a culpa para as secas, sem a análise dos “níveis de vida da grande massa populacional que vive no campo”, onde convive, “ao lado de uma grande massa de trabalhadores assalariados, um pequeno grupo de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida”.(5)

---

4 — Andrade, Manuel Correia de — *A terra e o homem no Nordeste*, p. 51.

5 — Andrade, Manuel Correia de — *Obra citada*, p. 56.



“Acreditamos que uma das causas que mais contribuem para agravar este problema (aumento considerável da população, sem um correspondente aumento das possibilidades de emprego) é a estrutura fundiária dominante desde a colonização e que tende de forma sensível para concentração de propriedade e a falta de garantias, de contratos escritos e respeitados, que permitissem maior estabilidade aos “meeiros” no agreste e no sertão e aos lavradores e “foreiros” da Zona da Mata. Na realidade, aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regularmente rendas aos proprietários, vêem-se quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como, principalmente, ao desnível entre o poder econômico e o político existente entre o arrendatário e o médio e o grande proprietário.”<sup>(6)</sup>

O prof. Nilson Holanda enumera quatro mitos no Nordeste:

1 — *Isolacionista* — com duas faces distintas: “dentro da própria região ele se manifesta pela exacerbação de uma reivindicante” e “fora do Nordeste esse mito assume frequentemente a forma de atitude de *laissez-faire* em relação ao problema regional ou de uma posição de velada hostilidade à política de transferência de recursos do centro para a periferia”;

2 — *Custo excessivo* — do “programa de desenvolvimento regional que se fundamenta no falso pressuposto de que o investimento do Governo Federal na região tem sido excessivamente elevado, senão em relação às necessidades do Nordeste, pelo menos em função das possibilidades do País”;

3 — *Do sistema não responsivo* — “ou seja, de que a economia nordestina não teria sido capaz de responder satisfatoriamente ao esforço de investimento do Governo”;

4 — *Do desenvolvimento a-social* (para não dizer anti-so-

---

6 — ———— Obra citada, p. 57.

cial) que pretende identificar uma certa antinomia entre o desenvolvimento econômico, em sentido estrito, e o progresso social, na acepção mais ampla.”(7)

O prof. Nilson Holanda analisa estes quatro mitos econômicos com uma lucidez admirável, pondo a nu a realidade nordestina com argumentos ponderáveis.

No seu livro *A terra e o homem no Nordeste*, Manuel Correia de Andrade analisa muito bem o problema, inclusive levantando, por assim dizer, outros mitos: “o Nordeste é apontado ora como: 1 — *área das grandes secas*, que desde a época colonial fazem convergir para a região no momento das crises as atenções e as verbas dos governos, ora como: 2 — *área dos grandes canaviais*, que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população, ora como: 3 — *área essencialmente subdesenvolvida devido à baixa renda “per capita”* dos seus habitantes ou, então, como: 4 — *a região das revoluções libertárias*, de que fala o poeta Manuel Bandeira em seu poema “Evocação do Recife”.(8)

Sobre a área das secas é bom nunca esquecer a triste famosa “indústria das secas”, responsável, pelo menos no Ceará, por enriquecimentos galopantes, satirizados com maestria por Jáder de Carvalho em *Aldeota*, romance social.

Só nas épocas de secas é o Nordeste pensado pelo Governo Federal, no envio de verbas e no aqodamento de providências eminentemente paliativas e imediatistas, ou as chamadas medidas de emergência, com o propósito, pelo visto, de apenas justificar a presença governamental. E é bom que se diga que tais providências só surgem depois de uma grita generalizada, notadamente quando é dada ênfase a possíveis saques de cidades por populações famintas. A indústria das secas é filha dileta desta política tacanha e capenga e os seus “industriais” não têm interesse em medidas constantes e sistemáticas ao longo do tempo.

---

7 — Holanda, Nilson — Obra citada, pp. 5, 6, 11, 15.

8 — Andrade, Manuel Correia de — Obra citada, p. 21.

O Nordeste sofreu as chamadas grandes secas de 1777, 1877, 1915, 1932 e 1958.



Mas prossigamos em relação aos mitos. Além dos apontados por Nilson Holanda e Manuel Correia de Andrade, há outros, como o *progresso*. A idéia de progresso subentende a possibilidade de uma mensuração quantitativa e qualitativa: mais e melhor. Progresso foi e é, forma ideológica dominante no Brasil Sul, em relação ao Brasil Nordeste. Não existe progresso no Nordeste e as razões apontadas são míticas: ou seja, o Nordeste é subdesenvolvido porque é seco e o nordestino é subdesenvolvido porque é mal alimentado e é mal alimentado porque o Nordeste é seco... Numa cantilena cansativa e monótona ao longo do tempo. E o nordestino tem que ser, também, mal alimentado e subdesenvolvido e quem foge deste modelo é encarado com assombro. E o pior é que o nordestino crê neste mito, porque como é possível falar em progresso (desenvolvimento, riqueza, fartura, bem-estar) se aqui se vive em situação de penúria e pobreza crônica? Como pode o nordestino, notadamente o sertanejo (camponês, agricultor, morador, meeiro) falar e acreditar em progresso se ainda vive sob o domínio do cósmico (chuva/seca) e do antropomórfico (explorado/explorador)?

Em nome do progresso o Brasil admite dois brasis: Sul e Nordeste, sendo que o Nordeste é o predestinado das crises/misérias. Em nome do progresso também estamos vendo o surgimento de dois Nordestes: o das capitais e o do interior, com características próprias bem diferenciadas. A mim me parece que o nordestino ainda não se advertiu de que, nos nossos dias, talvez apenas as erupções vulcânicas são fenômenos naturais inevitáveis e sem remédio, não as secas, não as epidemias, não as misérias sociais e econômicas.

## 2 — FONTES BENEFICIADAS E MANTENEDORAS DOS MITOS NORDESTINOS

Todo mito só se projeta no tempo se alguns segmentos da sociedade disto se encarregam. No nosso caso, a seca — que é um fenômeno absolutamente controlável em seus efeitos, — é apresentada ora como desejo de Deus, ora como

fruto natural do meio. A pobreza, em termos de Nordeste, é outro mito alimentado pelos segmentos que mantêm o poder, ora como consequência do meio, ora apontado como deficiência do próprio nordestino que seria conformado, passivo, preguiçoso. A ignorância é outro mito no Nordeste, justificado como saldo de um meio ingrato e pelo desinteresse do próprio povo pelo saber. . . A existência destes mitos é tarefa de grupos bem caracterizados e que são aqueles segmentos beneficiados com a sua conservação. Segmentos já enumerados. Quando eu digo que a seca é controlável em seus efeitos estou chamando a atenção, não para as medidas convencionais e tradicionalmente aplicadas no Nordeste, como a construção de barragens — nas tristes famosas “frentes de serviço”, (como se o atraso do Nordeste residisse apenas na escassez de água). No momento falo em providências mais enérgicas de fixação do homem à terra: reforma do “sistema fundiário prevalescente e as relações de produção que ele gera”; aproveitamento das margens dos nossos maiores rios, perenizados alguns como o Jaguaribe, o Curu, o Acarau, mediante pequenas irrigações realizadas com a instalação de eletrobombas, construção de pequenos e médios açudes em cooperação, enfim, medidas que visem aumentar a renda do trabalhador rural.

O homem, como ser teórico, paradoxalmente para existir como ser real (no tempo e no espaço) precisa se expressar, isto é, sair de si (falar, escrever, produzir, agir, trabalhar, fazer). Sucede que ao sair de si, se exteriorizar, o homem se aliena, se perde no fora (tempo e espaço). Para se reintegrar como homem sua expressão precisa retornar a ele e isto só acontece quando o que foi expresso passa a ser patrimônio de todos (inclusive do indivíduo que se expressou).

Sobre os mitos nordestinos edificou-se a ideologia nordestina que, como estes, se desenvolve sobre os elementos de representações dados. A ideologia necessita, para sobreviver, de manter os mitos e é isto o que fazem os indivíduos e segmentos sociais beneficiados com a sua conservação junto ao povo. Digo que sobre os mitos se edificou a ideologia nordestina considerando o mito aí como idéias, concepções



conservadas pela tradição. Como se sabe, a “tradição sempre é a grande força conservadora de qualquer domínio ideológico”, na expressão de Engels.<sup>9</sup>)

Chamo de “ideologia nordestina” a soma das idéias dos diversos segmentos sociais beneficiados com a sua permanência: oligarquias, políticos, igreja. Vale dizer que os mitos servem de suporte à ideologia sabidamente dominante, isto é, os mitos abastecem a ideologia das classes dominantes. E como a ideologia das classes dominantes é imposta à sociedade onde ela se insere, vale dizer que os mitos são aproveitados pelos que vivem da ideologia por eles (mitos) abastecida. Noutras palavras: ideologia, como falsa visão do mundo (realidade), carece de alimento para o seu sustento, no caso, os mitos. Ou seja, no caso: falsa consciência ou visão deformada pela classe dominante que vê a realidade segundo a sua ótica de interesse e conveniências (parcial, egoísta, fragmentada).

O *status quo* é conservado, então, não por força própria, mas graças às idéias míticas trabalhadas no sentido de ser justificado e mantido, isto é, as idéias míticas são trabalhadas junto ao povo para que se mantenha vivo este mesmo *status quo*, benéfico para as classes dominantes. A ideologia, ao mesmo tempo em que sustenta o poder, fornece o mito consolador aos explorados ou, noutras palavras, o mito “explica” e “justifica” a situação em que vivem: Deus assim quer... a terra é sagrada para quem a possui... é pecado desejar as coisas dos outros... é roubo tirar o que não nos pertence...

Politicamente o poder está nas mãos dos proprietários de terras, dos coronéis ou seus representantes e até de padres. O que vale dizer que a ideologia da classe dominante é imposta à sociedade nordestina. Por este poder, ou por manter este poder, o político assume o papel de “deus” (pai, doador de tudo, desde a terra à comida e ao emprego, protetor nas

---

9 — Engels, Frederico — Materialismo Dialético, 155 (In *Antologia Filosófica*, Marx-Engels).

questões com vizinhos e bodegueiros... ) Manejando este poder em proveito próprio, mesmo sob a aparência de “impulsor do progresso” (o que ocorre é um protecionismo paternalista de raízes oligárquicas) o político alimenta o mito nordestino. O quadro, ao contrário do que se possa pensar, não mudou em nossos dias, vindo quase que inalterável desde a Monarquia. Mesmo após a Monarquia o poder continua nas mãos dos políticos e que são os donos da terra, os doutores, os padres, manejando votos e encabrestando o eleitor — manobras estas que lhes dão prestígio junto ao Governo.

São estes poderosos os que alimentam os mitos nordestinos: “é o fazendeiro, o “coronel”, quem assiste o jeca nas suas dificuldades de vida, é quem dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto às autoridades. Criou-se, desta forma, desde a Colônia, um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato e incontestável, imposto pelas contingências do meio”.<sup>(10)</sup>

### 3 — FONTES TRANSMISSORAS DOS MITOS

A Imprensa, como aparelho da ideologia dominante, serviu para manter os mitos nordestinos (e eu estou empregando Imprensa em termos de empresa, empresários e em dimensão nacional) desde o período monárquico (1822/1889) e, conseqüentemente, favoreceu os grupos dominantes beneficiados com a sua manutenção até os nossos dias, variando, é claro, as formas de alimentação dos mitos. Convém frisar que a Imprensa cearense data de 1824.

A vida partidária resumia-se, no período monárquico, a dois partidos: Liberal e Conservador, ambos com os seus jornais (*Cearense* e *Pedro II*, respectivamente). Nestes partidos se abrigavam as famílias em luta pelos interesses conflitantes:

---

10 — Velasco, Domingos — *Direito Eleitoral*, p. 127, cf. o trecho de Oliveira Viana o autor cita no mesmo local. In *Coronelismo, enxada e voto*, Victor Nunes Leal, p. 25.



economia autárquica das fazendas x produção mercantil das plantações de algodão, café e outros gêneros exportáveis. Os jornais, por sua vez, abrigavam os partidos políticos (eram, quase sempre, dos partidos ou dos chefes políticos) o que vale dizer, defendiam os seus interesses. Em termos sociais o *Libertador* foi o mais significativo, vez que surgiu para encetar a campanha abolicionista no Ceará.

“O que caracterizava a atividade da Imprensa do Ceará, como de todo o Império, praticamente sem exceção, era o compromisso partidário, em vista do qual a matéria de redação, se não se limitava ao debate de assuntos políticos e à troca de insultos entre pessoas integradas em facções opostas, refletia sempre os interesses restritos de um grupo que, às vezes, se identificava com uma família. Esse fato apresentava outras conseqüências, inclusive a de não haver ainda uma classe propriamente jornalística, pois os redatores pertenciam, na sua quase generalidade, às cúpulas partidárias ou exerciam mandatos, maxime no Ceará, onde, além deles, poucos tinham capacidade intelectual.”(11)

“A Imprensa cearense, no período monárquico, foi predominantemente opinativa, servindo para comunicar aos adeptos de uma determinada agremiação política o pensamento dos respectivos dirigentes e para escandalizar publicamente os erros e as perseguições, reais ou presumidos, do governo, quando confiado ao outro partido.”(12)

No período monárquico fica bem claro que a Imprensa era instrumento dos políticos na tomada do Poder, não para defender os interesses do Estado ou do povo, haja vista que o problema da seca (fonte do subdesenvolvimento do Nordeste, segundo a ideologia/mítica dominante) vem se arrastando no tempo sem um equacionamento condizente com as potencialidades e as perspectivas da região. A Imprensa era dos políticos, ao mesmo tempo seus proprietários e redatores.

---

11 — Nobre, G.S. — *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, p. 73.

12 — ———, id. ob. cit., p. 75.

A Imprensa cearense, viciada no seu berço, não mudou à simples mudança do regime no Brasil. Com a queda do regime monárquico o jornalismo cearense caiu em crise, caracterizando-se por “veículos sem vinculações partidárias, porém defendendo propósitos políticos”, sem atingirem, contudo, expressão social e mesmo política dos jornais do tempo do Império”. A notícia era um complemento do debate político, nada mais do que isto.

Os chefes políticos das antigas províncias, geralmente os senhores de terras, que constituíam os partidos de então, não abriram mão de suas regalias na jovem República. Eram as oligarquias — tão combatidas pelos republicanos, sobre as quais o poder, como vimos, se mantinha (por serem elas, as oligarquias, o próprio poder) responsáveis pelos vícios da política, pelos males sociais e pelos mitos/ideologias dominantes.

Neste ponto a Imprensa cearense assumiu a linha de frente ou seja, no combate às oligarquias, talvez por ser o Ceará “um dos Estados onde o governo oligárquico se configurou com maior agressividade”.<sup>(13)</sup>

Vencida esta etapa, os jornais representativos dos antigos partidos desapareceram e a explosão da Primeira Grande Guerra (1914/1919) leva a Imprensa a se interessar pelo noticiário, embora de maneira facciosa, parcial e mutilada por força do momento dominante, da conflagração mundial, “bem como pelas ocorrências da política deveras agitada de então”.

“As folhas políticas não foram condenadas prontamente ao fracasso”, mas aos poucos foram sendo substituídas por outra linha, ainda não de todo social, mas menos sectária do que antes. Continuam os jornais, entretanto, nas mãos dos políticos e os redatores eram seus afilhados ou indivíduos desejosos de, também, fazerem carreira política.

---

13 — Nogueira Acioli foi o chefe de uma oligarquia que ameaçava perpetuar-se no poder, no Ceará, derrubado em 1912.



1920/1929

Talvez seja esta a fase áurea das “publicações especializadas”, dedicadas, especialmente, aos interesses das classes trabalhadoras ou profissionais. É neste período que é criada a primeira entidade de classe jornalística, a Associação Cearense de Imprensa (14 de julho de 1925).

Tal fato representa, sem dúvida, o marco na mudança de mentalidade do homem de imprensa que inicia fase nova na sua atividade em busca da profissionalização. Mas a Imprensa ainda era feita à base da amizade e os seus redatores continuavam fazendo dos jornais trampolins para posições políticas e/ou sociais.

1930/1939

Se o Ceará foi pródigo, até então, em publicações, geralmente de existência efêmera, a partir desta década o panorama vai mudando de feição, caracterizando-se a Imprensa, cada vez mais, por uma atividade informativa, não só em função dos acontecimentos mundiais, mas por força do regime político dominante no País — o Estado Novo. Não havia ainda uma profissão de jornalista definida, se bem que em 1938 já se tratasse disto em Lei própria. (Decreto-Lei nº 910, de 30.XII.38)

1940/1949

Sob o peso da ditadura Vargas a Imprensa, se não se desidratou totalmente, quase chegou à exaustão, buscando alento apenas no noticiário internacional, que vai ser a sua grande fonte abastecedora, juntamente com o noticiário policial, este, sem dúvida, cria do Estado Novo, segundo Luiz Amaral, no seu livro *Jornalismo* — matéria de primeira página.

Os grandes problemas nacionais e as aspirações populares, bem como as denúncias necessárias sobre os desmandos do Poder não são objeto da Imprensa. Nem mesmo os gran-

des problemas, imediatos e próximos do Nordeste, são objeto de suas preocupações. Com isto o jornalismo, se não desaparece, subexiste apenas. Apenas subexiste.

A queda da ditadura abre novas perspectivas na Imprensa cearense, inclusive com a criação de jornais de caráter político. Jornais classistas retornam, bem como publicações literárias, estudantis e religiosas. E, como não poderia deixar de acontecer, há uma renovação quase que total nos quadros jornalísticos, aparecendo novos nomes que vão se impor na Imprensa cearense. Mas estes novos nomes são de jovens egressos do Liceu, da Faculdade de Direito e do Seminário, à cata, como os das gerações anteriores, de oportunidades e melhores condições sociais e políticas.

1950/1965

G.S. Nobre, o estudioso da Imprensa cearense, não enfatiza em seus trabalhos, notadamente *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, a luta da Imprensa em defesa dos interesses coletivos, embora diga que os jornais neste período sejam “quase todos independentes e seguem uma linha democrática, influenciando consideravelmente na opinião pública”.

Talvez o ponto mais significativo desta fase seja a “ênfase dada, nos últimos anos, ao noticiário das ocorrências verificadas no interior, em uma tentativa para forçar a penetração dos diários no meio interiorano”.

Quem se debruçar, todavia, sobre o “noticiário das ocorrências verificadas no interior” constatará que o seu caráter é mais de “penetração dos diários no meio interiorano”, do que de conscientização e defesa deste mesmo meio interiorano, isto é, o propósito da Imprensa é puramente comercial. Os correspondentes do interior eram, na sua maioria, comprometidos com o poder ali dominante, ou seja, chefes políticos, coronéis e ocupantes de cargos públicos, não veiculando nada que pudesse contrariar o estabelecido. E, se algum correspondente insistia em veicular fatos comprometedores às forças dominantes, ou os jornais não divulgavam ou, se divulgavam,

R. Com. Social, Fortaleza, 8 (1/2): 3-20, 1978



eram levados a publicar, em seguida, “esclarecimentos”, “ineditoriais”, caindo, no final, a ira dos poderosos sobre o correspondente, como aconteceu algumas vezes no Ceará.

Neste período as entidades jornalísticas crescem em número e prestígio, numa demonstração de que o profissionalismo iniciava seus grandes passos em busca da solidez desejada.(14)

Outros pontos a ressaltar desta fase: 1 — a conquista do público pelo rádio, com ênfase ao noticiário local, nacional e internacional; 2 — circulação, em Fortaleza, dos jornais do sul, sem falar nos de Pernambuco e Pará, forçando o aprimoramento dos jornais locais, técnica e redacionalmente falando; 3 — “despolitização” dos jornais, isto é, desaparecimento do partidarismo ostensivo nos órgãos locais. Digo “despolitização”, considerando que ainda hoje os nossos jornais são, de uma forma ou de outra, vinculados ao Poder, notadamente o político, embora que velada e indiretamente, ao contrário do passado, quando as folhas eram propriedade pessoal dos políticos ou de grupos partidários. Finalmente esta fase vai crescer em importância histórica pela criação do então Curso de Jornalismo, hoje Curso de Comunicação Social, da Universidade Federal do Ceará, a 12 de novembro de 1965.(15)

#### 4 — TRANSFORMAÇÃO

Desmitificar, então, a ideologia nordestina, é uma das tarefas da inteligência nordestina, notadamente de sua Imprensa, a quem cabe o papel preponderante na arrancada desen-

---

14 — O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará foi fundado em assembléia geral da classe a 26-03-1953, sendo que a sua Carta Sindical foi expedida a 20-07-1956. No dia 29 de junho de 1963 é fundada a Associação Cearense de Jornalistas do Interior. A 17 de fevereiro de 1966 é fundado o Sindicato dos Radialistas do Ceará.

15 — A história do Curso de Jornalismo é objeto de um livro meu, *Ensino de Jornalismo no Ceará*, a ser editado pela Imprensa Universitária, Ceará. Com esta visão histórica da posição da Imprensa cearense eu quis mostrar que ela tem estado a serviço de outros interesses e de grupos que não os sociais e do nordestino (como povo marginalizado, espoliado e desprotegido).

volvimentista do Nordeste. A especulação teórica, a explicação dos fatos, a justificação do dado não devem ser a tarefa exclusiva da inteligência. A ela cabe, também, mais do que nunca, denunciar, desnudar, esclarecer, desmitificar e erradicar a ideologia/mítica, extirpando, de vez, os mitos que a alimentam.

Politicamente o poder ainda continua nas mãos dos que mantêm o controle dos mitos, como os coronéis e/ou os seus substitutos, geralmente profissionais liberais que fazem do interior a sua fonte eleitoral e da capital um curral garantido graças à demagogia incoseqüente. Ou, como diz Barbosa Lima Sobrinho: "A faixa do prestígio e da influência do coronel vai minguando pela presença de outras forças em torno de profissionais liberais, de indústria ou de comércio venturosos. O que não quer dizer que tenha acabado o "coronelismo". Foi, de fato, recuando e cedendo terreno a essas novas lideranças. Mas a do "coronel" continua, apoiada aos mesmos fatores que a criaram e produziram. Que importa que o "coronel" tenha passado a Doutor? Ou que a fazenda tenha se transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do "coronel" persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do "coronel", arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos."(16)

A Imprensa cearense, continuemos, historicamente conservadora, como vimos, tem concorrido para esse estado de coisas e, conseqüentemente, é também responsável pela manutenção da ideologia/mítica que nos sufoca e aliena.

Atualmente a Imprensa cearense, noticiosa, com tendência para informar mais, embora sucintamente, graças à proli-

---

16 — Barbosa Lima, Sobrinho — Prefácio, In Leal, Victor Nunes — *Coronelismo, enxada e voto*.



feração das chamadas "colunas", geralmente de âmbito local e de caráter nitidamente ameno (*society*) com raras exceções para as voltadas para informações políticas e econômicas, também é marcada pelo noticiário estrangeiro e do País, pelo registro das ocorrências policiais e pelas páginas dedicadas ao esporte.

"Nota-se deficiência na cobertura dos acontecimentos da Capital e do Estado, notadamente dos autores econômicos, educacionais e culturais e também na movimentação de interesses coletivos."

Os "colunistas", que constituem o grosso da Imprensa cearense atual, geralmente estão comprometidos com as facções políticas locais, isto é, são ligados, de uma forma ou de outra, aos chefes políticos e, como tal, tendem a ser intérpretes ou porta-vozes das correntes em evidência, o que compromete os seus pontos de vista.

Além deste aspecto profundamente alienante da Imprensa atual, devo salientar: a) o baixo salário do jornalista; b) o estreito mercado de trabalho. Estes fatores são responsáveis, ora pela presença ostensiva dos profissionais nas chamadas assessorias de Imprensa do Governo (Estado e Município) como forma de complementação salarial, ora na aceitação passiva às linhas das empresas ante o temor da perda de emprego, ora pela presença de pessoas não habilitadas fazendo do jornalismo ponta de lança de suas pretensões particulares e interesseiras. Tais elementos concorrem, sem dúvida, para a alienação cada vez maior do jornalista em relação à profissão como categoria econômica e como atividade com fim eminentemente social.

E o mais grave de tudo isto é que as próprias empresas, conscientes desta situação, isto é, de que o seu pessoal divide o tempo noutras ocupações, inclusive em prejuízo do próprio trabalho, nada fazem para pôr fim a tal situação. Resultado: um pesado círculo vicioso envolve a Imprensa e os profissionais, ocasionando compromissos outros que não os inerentes à atividade, ou seja, os interesses coletivos e as reivindicações sociais.

No meu otimismo, sem dúvida romântico, ponho e deposito confiança muito grande nas novas gerações de profissionais saídas do Curso de Comunicação Social, por acreditar que, sem compromisso com o patronato e/ou com o Governo, tenham em mente apenas os interesses da comunidade. Creio, também, que estes profissionais saídos dos Cursos de Comunicação, com uma formação cultural mais desenvolvida, estão capacitados a combater frontalmente o mito e, conseqüentemente, a derrubar a ideologia que aliena o Nordeste e nos aliena social, política e economicamente.

Os profissionais saídos do Curso de Comunicação podem representar e substanciar a mudança desejada na Imprensa cearense. Sem compromissos com os empresários, com uma profissão definida os novos profissionais devem possuir, além disto, consciência crítica que os façam, senão totalmente imunes, pelo menos "ariscos" às tutelas exógenas à profissão, como facções políticas e "bicos" comprometedores.

Levando sua mensagem mais longe pelo rádio, jornal e televisão, relações públicas e Projeto Sertanejo, os novos profissionais podem quebrar o "isolacionismo" em que vive o homem do sertão, isolacionismo que é um dos fatores de conservação e manutenção do poder dos que fazem do mito o seu ponto de apoio e a fonte de sua sobrevivência política. . .